

NÍVEL DE “DISCLOSURE” SOBRE RISCOS DE MERCADO E OPERACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS VINTE MAIORES BANCOS BRASILEIROS

Luiz Felipe Figueredo de Andrade
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Jorge Katsumi Niyama
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Claudio Moreira Santana
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESUMO

Os riscos de mercado e operacional estão sendo evidenciados e discutidos com maior ênfase nos últimos anos em virtude de diversos escândalos relacionados a perdas no mercado financeiro mundial. A evidenciação destes riscos é um dos pilares que sustenta o Acordo de Basiléia, ao qual diversas instituições tem buscado aderência no cenário internacional. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar o nível de *disclosure* por meio das divulgações e evidenciações dos vinte maiores bancos atuantes no Sistema Financeiro Nacional com vistas a verificar a aderência às recomendações de Basiléia com relação à evidenciação dos riscos de mercado e operacional. Os resultados demonstram evolução na divulgação destas informações se comparado ao início do período pesquisado, em especial para as cinco maiores instituições financeiras melhor classificadas pelo ativo no ranking disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. No entanto foi observado que grande parte das instituições analisadas não possui nível de divulgação elevado, apresentando, em sua maioria, um nível baixo de aderência às recomendações de divulgação do Comitê de Basiléia.

Palavras-Chave: *Disclosure*. Risco Operacional. Risco de Mercado.

1 INTRODUÇÃO

A mensuração e evidenciação dos riscos de mercado e operacional têm se mostrado cada vez mais necessária no mercado internacional e nacional. Antes de grandes quebras, tal como a do Banco Berings, as Instituições Financeiras (IF`s) não realizavam tal gerenciamento de forma devida e não se preocupavam com este procedimento.

Após a celebração do Acordo de Basiléia, que reuniu uma série de regras a serem observadas pelas Instituições financeiras, no tocante ao risco, estas parecem ter passado a demonstrar maior preocupação e a ter um monitoramento mais efetivo por meio dos organismos de supervisão bancária de cada país e do *Bank for International Settlements* (BIS), dentre outras instituições, bem como de entidades como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB). Assim, em cumprimento às normas estabelecidas por esses organismos, as IF`s passaram a adotar procedimentos com vistas a mitigar seus riscos e mensurar prováveis perdas.

Com a decisão de países desenvolvidos para criação de um órgão responsável pela supervisão bancária, conhecido posteriormente como o Comitê em Basiléia, surge o primeiro Acordo de Basiléia e, na seqüência, o Acordo de Basiléia II. Esta evolução no acordo passou a

exigir uma nova estrutura de normas, vez que a revisão levou a uma maior proximidade com a supervisão bancária e a maior exigência de transparência.

O Acordo da Basileia II é fundamentada em 3 pilares: alocação de capital, supervisão bancária e disciplina de mercado. Em relação a este último pilar encontra-se a transparência que implica na qualidade das informações a serem disponibilizadas para o mercado, isto é, o *disclosure* da IF, a forma como esta irá demonstrar e divulgar seus riscos e ações realizadas visando à diminuição e o controle destes riscos. Esta divulgação visa servir como estímulo à disciplina de mercado mediante a uma maior abertura de informações.

A transparência de informações nos relatórios contábeis das instituições deve oferecer melhores condições de julgamento e decisão, bem como de avaliação dos riscos para os analistas de mercado, investidores e também para que a IF possa melhor monitorá-los. Dessa forma, se pode inferir que a evidenciação dos riscos de mercado e operacional se mostra cada vez mais necessária, haja vista que a instituição financeira que se preocupa em mitigar seus riscos e evidenciá-los para o mercado demonstra maior preocupação e acarreta maior credibilidade em termos de imagem institucional.

Neste sentido, este artigo busca analisar as demonstrações financeiras dos 20 maiores bancos que atuam no Brasil, classificados pelo tamanho do Ativo, para avaliar o grau de aderência às recomendações do Acordo de Basileia II para com a evidenciação dos riscos operacional e de mercado nas IFs.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Risco Operacional

Risco é uma situação em que há probabilidades mais ou menos previsíveis de perda. Segundo Jorion (1997) pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionada ao valor de ativos ou passivos de interesse. Já Risco operacional é o risco relacionado com as operações diárias das instituições e o meio no qual estão inseridas, por isso variam bastante de acordo com sua função e sua posição geográfica.

O Comitê de Basileia II definiu risco operacional da seguinte forma: “é o risco de perdas diretas ou indiretas, resultantes de uma inadequação ou falha atribuível aos processos internos, pessoas, sistemas informáticos ou eventos externos.” Silva Neto (1998) destaca que apesar de este tipo de risco parecer simples e óbvio é o responsável por grandes perdas incorridas no mercado.

Segundo Jorion (1997) como exemplo tivemos a “quebra” do Banco Inglês Barings, que em 1995 por um operador de sua filial na Ásia que investia dinheiro livremente pelas bolsas asiáticas levou o banco a perdas na ordem de 1,3 bilhão de dólares, e do Japonês Sumitomo que informou em 1996 ter sido vítima de operações ilegais realizadas por seus operadores em um período de dez anos, que levaram a perdas estimadas em 1,8 bilhão de dólares.

Neste sentido Silva Neto (1998) salienta: “O risco operacional é um nó muito importante em todo o processo. Pode não ser ele o causador de uma grande perda, mas ele será, sem dúvida, o culpado pela demora em se descobrir e corrigir a falha.” As principais causas ligadas a perdas podem ser identificadas em quatro pontos: fator humano, processos, sistemas e fatores externos.

- O fator humano envolve, por exemplo, fraude, falhas humanas ou concentração de serviços. A Resolução CFC n.º 836 de 1999 define fraude como o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.
- A falha humana ou concentração de serviços estão ligadas a perdas não intencionais decorrentes de omissão, distração ou negligência de funcionários ou de serviços terceirizados, que não estão em conformidade com os controles internos previamente instituídos pela organização e a concentração de serviços em mãos de poucas pessoas.
- Processo está ligado a prováveis perdas com contratos desfavoráveis ou omissos, mal redigidos, às perdas no desenvolvimento incorreto ou da não adequação do modelo/metodologia seja para a concessão de crédito, seja para administração da liquidez, aos Produtos e Serviços das Instituições, bem como não segregação de funções, negligências com relação à auditoria, autonomia de subsidiárias e filiais, etc.
- Fatores externos são relacionado a concentração em fornecedores ou terceirização de serviço, atividades criminosas praticadas por terceiros (assaltos, roubos, seqüestros e danos físicos ao patrimônio). As Entidades devem também estar preparadas para casos de catástrofes, sinistros e para isto a empresa deve se preocupar, dentre outros, com a existência de seguros, plano de continuidade de negócio e conhecer a vulnerabilidade do banco pela internet.

A partir disso, deve-se procurar fazer um “bom” gerenciamento desse risco para que não ocorram grandes perdas para as organizações, cujo custo costuma ser elevado. Assim as entidades devem saber qual a probabilidade do evento ocorrer em um determinado período do tempo e em como o evento se desdobra ao longo do tempo, bem como o impacto sobre a empresa caso o evento ocorra.

2.2 Risco de mercado

Conforme a Resolução CMN n.º 3.464, de 26 de Junho de 2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira incluindo os riscos das operações sujeitas às variações cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Desta forma, o risco de mercado deriva de variação no preço de mercados de ativos, passivos e demais instrumentos financeiros, como opções, swaps, títulos de renda fixa e variável e commodities.

O Risco de Mercado foi destacado ainda no Acordo de Basiléia I, por meio de adendo em 1996, denominado de Emenda de Risco de Mercado, que, dentre outras sugestões, menciona a possibilidade de utilização de modelos internos para mitigação dos riscos, desde que este modelo seja aprovado pelo regulador local.

O Comitê da Basiléia descreve dois métodos para divulgação do risco de mercado: padronizado e método de modelos internos (IMA). Para o método padronizado se utiliza o encargo de capital como indicador de risco visando comparar as categorias e as instituições. Já para o método de modelos internos, é utilizado para o calculo de solvência, verificação do nível e as características do risco de mercado. O método padronizado pode ser dividido em três tipos de informações: principal qualitativa fundamental, principal quantitativa e quantitativa complementar.

- A principal qualitativa fundamental seria a divulgação da metodologia utilizada pelo banco e quais carteiras são cobertas por este método.
- A principal quantitativa é referente aos encargos e necessidade de capital para cobertura de alguns riscos tal como o de taxa de juros, de câmbio estrangeiro e de *comodities*.
- A quantitativa complementar também é referente aos encargos, porém com especificidade por carteira e tipos de riscos e faz uma comparação entre o risco de mercado geral e o específico.

Após aprovação do gestor, os bancos podem utilizar modelos internos de avaliação. Este modelo se divide em informações qualitativas principais e quantitativas principais. A primeira engloba as características do modelo utilizado, sua cobertura, aceitação do gestor e testes de tensão. Já a segunda classificação se refere ao VaR encontrado bem como os resultados dos testes de suporte realizados.

2.2.1 Recomendações de Divulgação

O Comitê propôs algumas divulgações em três áreas amplas: Capital, Exposição ao risco e Adequação de Capital. Com relação ao Capital o banco deve, ao menos anualmente, divulgar informações sobre sua estrutura de capital, componentes de capital e termos e condições das principais características de instrumentos de capital. Deve divulgar ainda sobre suas políticas contábeis para a avaliação de ativos e passivos, provisões e reconhecimento de receita. Sobre a Exposição a Riscos o banco deve divulgar informações qualitativas e quantitativas, incluindo sua estratégia para administrar riscos.

Já sobre Adequação de Capital a IF deve, ao menos anualmente, divulgar seu índice de capital e outras informações relevantes sobre sua adequação de capital de modo consolidado. Deve ainda divulgar as medidas de exposições a riscos calculadas de acordo com a metodologia estabelecida no Acordo de Basiléia. Em seu demonstrativo deve conter também análise de fatores que tem impacto sobre sua posição de adequação de capital tal como mudança na estrutura de capital, planos de contingência caso haja acesso a mercados de capital em tempos de tensão, etc. Por fim este deve divulgar sua estrutura e processo de alocação de capital econômico em suas atividades comerciais.

Com relação ao risco de mercado o documento de apoio ao novo acordo de capital da Basiléia que trata do pilar III (Disciplina de Mercado) em seu apêndice 4 demonstra as informações que devem ser divulgadas no caso de utilização do Método Padronizado e em caso de opção pelo Método de Modelos Internos, conforme quadros 1 e 2 a seguir:

Divulgações	Principais	Complementares
1. Qualitativas	(i) Especificar quais carteiras são cobertas pelo método padronizado	Movimento de carteiras entre o método padronizado e a IMA
	(ii) Especificar o método padronizado utilizado para a carteira.	
2. Quantitativas: informações exigidas para avaliação de risco	(i) Os níveis de risco de mercado em termos de exigências de capital para risco de taxa de juros, risco de posição patrimonial, risco de câmbio exterior e risco de	Se for o caso, especificados para diferentes categorias de risco e carteiras. O nível e variabilidade de lucros e perdas sobre posições cobertas pelas divulgações.

	mercadorias.	
	(ii) O encargo de capital para posições em opções.	Especificados para diferentes categorias de risco e carteiras.

Quadro 1: Risco de Mercado - divulgação do método padronizado (resumo)

Fonte: Apêndice 4 - documento de apoio ao novo acordo de capital da Basileia que trata do pilar III (Disciplina de Mercado)

Divulgações	Principais	Complementares
1. Qualitativas: informações gerais sobre metodologia e principais entradas	(i) Aceitação (parcial) da IMA pelo gestor	
	(ii) Especificar quais carteiras são cobertas pela IMA	Movimento de carteiras entre a IMA e o método padronizado
	(iii) Visão geral das (mudanças nas) características dos modelos internos utilizados	Se for o caso, especial atenção para o tratamento de riscos não lineares, riscos específicos e riscos de evento
	(iv) Descrição do programa de teste de tensão	A aplicação (potencial) dos resultados do teste de tensão
2. Quantitativas parte (i): informações exigidas para avaliação de risco	(i) O nível e variabilidade dos riscos de mercado em termos de valor no risco especificado na IMA.	Se for o caso, especificados para diferentes categorias de risco e carteiras
		O nível de variabilidade dos lucros e perdas nas posições da “IMA”
3. Quantitativas parte (ii): desempenho <i>ex post</i> como indicação da qualidade e confiabilidade	(i) Resultados do teste de suporte em um nível total	Se for o caso, especificados para diferentes regiões e/ou carteiras.
		Descrição e quantificação dos importantes “externos” no teste de suporte

Quadro 2: Risco de Mercado – divulgação do método de modelos internos

Fonte: Apêndice 4 - documento de apoio ao novo acordo de capital da Basileia que trata do pilar III (Disciplina de Mercado)

Em relação ao Risco Operacional o Apêndice 5 daquele documento solicita as seguintes informações:

Divulgações	Principais	Complementares
1. Qualitativas	(i) Método(s) para o qual o Banco se qualifica (ii) Estrutura de Administração de Risco	
2. Quantitativas	(i) Exposição de risco (por linha de negócio, se disponível) (ii) O encargo de capital de risco operacional como % do capital regulador mínimo	Perdas operacionais (no total ou por linha de negócio, disponível)

Quadro 3: Risco Operacional: divulgações – resumo

FONTE: Apêndice 5 - documento de apoio ao novo acordo de capital da Basileia que trata do pilar III (Disciplina de Mercado)

As exigências de divulgação de informações trazidas nos apêndices 4 e 5 do documento e resumidas nos quadros 1, 2 e 3, serviram como fundamento para a pesquisa empreendida, conforme explicitado na próxima seção.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Para a pesquisa foram selecionados As vinte maiores instituições financeiras, classificadas por ativo, que atuam no Sistema Financeiro Nacional, conforme sítio BACEN. Os bancos Credit Suisse e UBS Pactual foram excluídos da amostra tendo em vista a não disponibilizarem as demonstrações contábeis nos sítios dessas instituições. Então, para continuidade na análise do rol de vinte bancos analisados, foram requisitados os bancos BIC e JP Morgan Chase. No entanto, quando da tentativa de levantamento dos dados relacionados ao banco JP Morgan, foi constatado que este também não possuía evidenciação das demonstrações. Assim, foi considerado o banco Fibra como o vigésimo banco a ser analisado e o Banco BIC permaneceu como o décimo nono. Os vinte bancos pesquisados correspondem à 78,62% do SFN.

Em termos de controle societário dos bancos analisados, 75% correspondem à bancos privados, 20% mistos e 5% público. Para fins da obtenção dos dados, foram analisadas todas as demonstrações contábeis semestrais divulgadas, e ainda os relatórios da administração e as notas explicativas bem como evidenciações por meio de outros relatórios. O período compreende Junho de 2003 a Junho de 2008, totalizando onze semestres observados.

Tendo em vista a responsabilidade das empresas para com a disponibilização de informações visando a transparência face ao mercado e aos seus usuários, foram consideradas para análise informações disponibilizadas nos sítios de cada Instituição Financeira. Desta forma, foram analisados os sítios dos bancos listados na tabela 1, considerando todas as informações, todos os documentos, relatórios e demonstrações disponibilizadas em suas páginas. Assim, além das informações disponibilizadas nas páginas dos sítios, foram analisados um total de 408 documentos.

Tabela 1: Documentos analisados na pesquisa

	INSTITUIÇÕES	Quantidade de docs analisados
1.	BANCO DO BRASIL	54
2.	ITAÚ	47
3.	BRADESCO	29
4.	CEF	17
5.	ABN AMRO	13
6.	UNIBANCO	25
7.	SANTANDER	22
8.	HSBC	11
9.	VOTORANTIM	16
10.	SAFRA	13
11.	NOSSA CAIXA	13
12.	CITIBANK	13
13.	BNP PARIBAS	10
14.	BANRISUL	22
15.	BNB	33
16.	ALFA	13
17.	BBM	12
18.	DEUTSCHE	10
19.	BIC	14
20.	FIBRA	21
	TOTAL	408

Dos bancos analisados o HSBC foi o que apresentou maior dificuldade para captura dos dados, haja vista que há disponibilização de poucos arquivos de demonstrações em língua portuguesa. Para a análise destas demonstrações foram utilizados questionários desenvolvidos a partir das recomendações de Basileia para divulgação tanto do Risco de Mercado quanto do Risco Operacional, conforme quadros 1, 2 e 3 anteriores.

Foram verificados sete itens acerca da evidenciação do risco operacional, nos quais a evidenciação dos sete foi considerada como 100% de aderência e a não observância de nenhum dos itens questionados 0 % de aderência. Desta forma, para a análise do grau de evidenciação do risco operacional foram verificados os seguintes itens:

Itens/questões de verificação
1. Há divulgação do método para qual o Banco se qualifica?
2. A estrutura de administração do risco é divulgada?
3. São evidenciadas as exposições de risco?
4. Estas exposições são separadas em linhas de negócio?
5. É evidenciado o encargo de capital de risco operacional como % do capital regulador mínimo?
6. São divulgadas as perdas operacionais em sua totalidade?
7. São divulgadas as perdas operacionais por linha de negócio?

Quadro 4: Itens de análise de risco operacional

Já para a análise da evidenciação do risco de mercado foram verificados doze itens, onde a evidenciação dos doze foi considerada como 100% de aderência e a não observância de nenhum dos itens questionados, com exceção do item 5 (divulgação do movimento das carteiras entre a IMA e o método padronizado), 0 % de aderência. O item 5 foi desconsiderado da pesquisa tendo em vista a tendência observada dos bancos para o método interno, sem passar pelo método padronizado. Para a análise do grau de evidenciação do risco de mercado foram verificados os seguintes itens:

Itens/questões de verificação
1. É divulgada a aceitação da IMA pelo gestor?
2. Há especificação de quais carteiras são cobertas pela IMA?
3. Existe visão geral das (mudanças nas) características dos modelos internos utilizados?
4. Há descrição do programa de teste de tensão?
5. Com relação à especificação das carteiras cobertas pelo IMA, há divulgação do movimento das carteiras entre a IMA e o método padronizado?
6. Com relação à visão geral, existe especial atenção para o tratamento de riscos não lineares, específicos e de evento?
7. Com relação à descrição do programa de teste de tensão, é evidenciado a aplicação (potencial) dos resultados do teste de tensão?
8. Há evidenciação do nível e variabilidade dos riscos de mercado em termos de valor no risco especificado na IMA?
9. Estes são especificados para diferentes categorias de risco e carteiras?
10. São evidenciados resultados do teste de suporte em um nível total?
11. As divulgações de resultados do teste de suporte em um nível total são especificados para diferentes regiões e/ou carteiras?
12. Há descrição e quantificação dos importantes “externos” no teste de suporte?

Quadro 5: Itens de análise de risco de mercado

A partir dos itens/questões de verificação listados nos quadros 4 e 5 foi realizada a coleta dos dados e, então a análise dos resultados encontrados.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Em primeiro lugar cabe ressaltar que foi observada a tendência dos bancos a adotarem método de modelos internos para a mensuração e evidenciação dos riscos operacionais e de mercado. Estes justificam sua intenção como forma de melhor medir os riscos e desta forma diminuir a alocação de capital para cobertura. Assim a pesquisa se limitou a verificar a aderência ao método de modelos internos do Risco de Mercado.

Constatou-se maior nível de aderência à evidenciação das informações sobre os riscos de mercado e operacional para os bancos melhor classificados em nível de porcentagem no SFN e que possuem ações em negociação na BOVESPA.

O nível de divulgação dos riscos, para alguns dos bancos, apresenta oscilação entre os períodos e são maiores nos períodos correspondentes à final dos anos analisados em virtude de as informações referentes a seus riscos estarem evidenciadas nos relatórios anuais destas instituições. Em Junho de 2008, última dada verificada na amostra do trabalho, o banco que se mostrou com maior aderência às recomendações do Comitê para o risco de mercado foi o Itaú com 63,6%, enquanto que para o risco operacional foi o Bradesco, sendo o único banco a apresentar 100% de aderência.

4.1 Risco de Mercado

O item mais evidenciado pelas IF's é a visão geral das características dos modelos internos utilizados, seguido pela evidenciação do nível e variabilidade dos riscos de mercado em termos de valor no risco especificado na IMA e a descrição do teste de stress.

Tabela 2: RM - Itens mais evidenciados pelos bancos.

RISCO DE MERCADO	
Itens/questões de verificação	Quantidade de ocorrências de divulgação
3) Existe visão geral das (mudanças nas) características dos modelos internos utilizados?	51
8) Há evidenciação do nível e variabilidade dos riscos de mercado em termos de valor no risco especificado na IMA?	42
4) Há descrição do programa de teste de tensão?	38
9) Estes são especificados para diferentes categorias de risco e carteiras?	37
2) Há especificação de quais carteiras são cobertas pela IMA?	36
10) São evidenciados resultados do teste de suporte em um nível total?	9
7) Com relação à descrição do programa de teste de tensão, é evidenciado a aplicação (potencial) dos resultados do teste de tensão?	6
1) É divulgada a aceitação da IMA pelo gestor?	0
5) Com relação à especificação das carteiras cobertas pelo IMA, há divulgação do movimento das carteiras entre a IMA e o método padronizado?	0
6) Com relação à visão geral, existe especial atenção para o tratamento de riscos não lineares, específicos e de evento?	0
11) As divulgações de resultados do teste de suporte em um nível total são especificados para diferentes regiões e/ou carteiras?	0
12) Há descrição e quantificação dos importantes "externos" no teste de suporte?	0

As instituições que melhor evidenciaram o risco de mercado foram o banco Itaú, Bradesco e Banco do Brasil, que se encontram classificados como os três maiores bancos brasileiros e que possuem ações negociadas na BOVESPA, o que pode indicar que os bancos que mais evidenciam seus riscos possivelmente também possuem maior credibilidade no mercado.

Caixa Econômica Federal e Bradesco, no último período analisado, obtiveram o mesmo nível de aderência, conforme critérios estabelecidos nesta pesquisa, o que demonstra por parte da primeira instituição avanço considerável (o maior dentre os bancos analisados) na evidenciação deste risco uma vez que nos períodos anteriores o nível de aderência às divulgações era igual a zero.

Os bancos que obtiveram a pior classificação em termos de divulgação do risco de mercado no período de Junho de 2008 foram BNP Paribas, Banrisul, BNB e DEUTSCHE tendo como resultado o nível de aderência neste período igual a zero. O banco BIC, demonstrou um nível de evidenciação no último período superior a diversos bancos, ultrapassando inclusive o quinto maior banco ABN AMRO em nível de evidenciação. A aderência na maioria dos bancos analisados é baixa, sendo que somente três apresentam nível de aderência maior ou igual a 50%. Seis apresentam o nível entre 25 e 50% e o restante não alcançaram 25% de aderência às recomendações em Junho de 2008.

Todos as instituições pesquisadas, com exceção do BNP Paribas, realizaram, ao menos em um período, a divulgação do método para qual o banco se qualifica. Os primeiros a divulgarem esta informação foram o Bradesco e ABN AMRO, sendo que o Bradesco realizou a divulgação em todos os períodos pesquisados, enquanto que o ABN AMRO não realizou tal divulgação em dois períodos da pesquisa (Dez/03 e Jun/05), isto é, sem manter uma “linearidade” nas divulgações de suas informações. O item 3 foi o mais divulgado pelas instituições. Outros bancos que obtiveram um nível maior de evidenciação deste item nos períodos analisados foram: Unibanco, Votorantim, Safra e Fibra, tendo realizado tal divulgação em ao menos nove dos onze períodos analisados. Ressalta-se que os dois maiores bancos, Banco do Brasil e Itaú, divulgaram a informação a partir de Dezembro de 2005 (Banco do Brasil) e Dezembro de 2006 (Itaú).

Tabela 3: Nível de evidenciação do risco de mercado

Em %

BANCOS	RISCO OPERACIONAL										
	PERÍODO										
	Jun/08	Dez/07	Jun/07	Dez/06	Jun/06	Dez/05	Jun/05	Dez/04	Jun/04	Dez/03	Jun/03
BANCO DO BRASIL	45,5	45,5	36,4	45,5	45,5	45,5	36,4	36,4	27,3	9,1	9,1
ITAÚ	63,6	63,6	63,6	63,6	36,4	27,3	27,3	27,3	27,3	36,4	27,3
BRADESCO	54,5	63,6	63,6	36,4	36,4	36,4	36,4	36,4	36,4	36,4	36,4
CEF	54,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO	27,3	18,2	18,2	18,2	18,2	9,1	-	9,1	9,1	-	9,1
UNIBANCO	18,2	36,4	9,1	9,1	-	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	-
SANTANDER	9,1	9,1	-	9,1	-	9,1	-	27,3	-	9,1	-
HSBC	36,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VOTORANTIM	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	-	-
SAFRA	27,3	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	-
NOSSA CAIXA	18,2	9,1	18,2	9,1	9,1	-	18,2	9,1	-	-	-
CITIBANK	27,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BANRISUL	-	9,1	-	27,3	-	-	-	-	-	-	-
BNB	-	9,1	-	9,1	9,1	9,1	-	9,1	-	-	-
ALFA	18,2	18,2	18,2	18,2	18,2	18,2	-	-	-	-	-
BBM	9,1	-	-	9,1	-	-	-	-	-	-	-

DEUTSCHE	-	-	-	27,3	-	-	-	-	-	-	-
BIC	36,4	18,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FIBRA	9,1	36,4	9,1	9,1	-	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	-

A evidenciação do nível e variabilidade dos riscos de mercado em termos de valor no risco especificado pela IMA, segundo item da pesquisa mais evidenciado pelos bancos, foi divulgado em todos os períodos pelos bancos Banco do Brasil, Itaú e Bradesco. A CEF e Unibanco passaram a divulgar esta informação a partir de 2008, enquanto que o banco BIC a partir do segundo de 2007. O Unibanco e o Fibra divulgaram apenas no último semestre de 2007, em seu relatório anual. Outros bancos realizaram a divulgação desta informação, porém apenas em um período, como, por exemplo, o Santander em Dezembro de 2004, o Banrisul e o Deutsche no segundo semestre de 2006, o que novamente não mostra uma linearidade nas divulgações semestrais analisados.

Muitos bancos informaram utilizar testes de *stress* e *backtesting* para prever e conferir o nível de prováveis perdas que podem incorrer ou incorreram, porém não são todos que descrevem os seus testes de tensão e forma de aplicação. Este item (4) foi evidenciado por treze dos vinte bancos analisados, sendo que o BB foi o pioneiro divulgando a partir do segundo semestre de 2004.

A especificação do risco de mercado para diferentes categorias de risco e carteiras (item 9) é realizada em todos os períodos analisados dos bancos Itaú e Bradesco. O BB inicia tal especificação a partir do primeiro semestre de 2004. Unibanco e Fibra apresentam esta informação no relatório anual de 2007, não apresentando nas demonstrações de 2008, enquanto CEF e BIC apresentam apenas no último período analisado. Os bancos Santander e Deutsche exibem tal informação em seus relatórios anuais de 2004 e 2006 respectivamente, não evidenciando nos outros períodos.

A especificação de quais carteiras são cobertas pela IMA (item 2) aparece como quinto item mais divulgado na pesquisa tendo sido evidenciado pelos bancos Itaú e Bradesco novamente em todos os períodos analisados. O BB apresenta esta informação a partir do primeiro semestre de 2004. Já os bancos CEF, ABN AMRO, HSBC, Safra e Citibank passaram a apresentar esta informação no último período (Jun/08). Novamente o Unibanco apresenta tal informação somente no relatório anual de 2007.

A evidenciação do resultado dos testes de suporte (*stress*) – item 10 – é realizada apenas por três bancos: Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal, sendo que o Itaú apresenta esta informação em suas demonstrações desde Junho de 2006, o Bradesco desde Junho de 2007 e a CEF em 2008.

A aplicação dos resultados destes testes (item 7) é evidenciado apenas para o Itaú e Bradesco, sendo que pelo Itaú a partir de 2006 e o Bradesco somente em 2007. Os outros itens avaliados na pesquisa (itens 1, 5, 6, 11 e 12) não foram evidenciados por nenhum dos bancos analisados, sendo que o item 5 foi desconsiderado tendo em vista se tratar de relação com o método padronizado.

4.2 Risco Operacional

O pioneiro na divulgação de informações acerca do risco operacional foi o Bradesco em Junho de 2003, seguido pelo Banco do Brasil em Dezembro de 2003 e Santander em Dezembro de 2004. O Bradesco demonstrou o maior grau de evidenciação dos riscos operacionais às recomendações desde Junho de 2003 com 28,6%, quando divulgava apenas a estrutura de administração dos seus riscos e o método para o qual se qualificava, alcançando

um total de 100% de aderência em Junho de 2008, onde apresenta todos os itens pesquisados em suas demonstrações.

O Banco do Brasil aparece em segundo lugar na classificação em 2008 com 85,7% de aderência, não evidenciando apenas a divisão das perdas operacionais por linha de negócio (item 7). Em terceiro na classificação aparecem CEF, Santander e BIC com 71,4%, não divulgando os itens 6 e 7 avaliados. Novamente o BIC, se demonstra bastante preocupado com a aderência em 2008, ultrapassando diversos bancos maiores e com maior destaque no âmbito nacional.

O Itaú, classificado como segundo maior banco, apresentou nível de aderência às recomendações de evidenciação do risco operacional inferior a seus concorrentes pela liderança do SFN, obtendo um índice de 42,9%. Esse banco iniciou a evidenciação dos seus riscos operacionais a partir de dezembro de 2006 enquanto Bradesco e Banco do Brasil em 2003 já apresentavam informações acerca de seus riscos.

Tabela 4: Nível de evidenciação do risco operacional.

Em %

BANCOS	RISCO OPERACIONAL										
	PERÍODO										
	Jun/08	Dez/07	Jun/07	Dez/06	Jun/06	Dez/05	Jun/05	Dez/04	Jun/04	Dez/03	Jun/03
BANCO DO BRASIL	85,7	71,4	71,4	14,3	28,6	14,3	-	28,6	14,3	14,3	-
ITAÚ	42,9	42,9	14,3	14,3	-	-	-	-	-	-	-
BRANDESCO	100	71,4	71,4	71,4	28,6	28,6	28,6	28,6	28,6	28,6	28,6
CEF	71,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO	28,6	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIBANCO	28,6	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER	71,4	71,4	28,6	28,6	28,6	28,6	-	28,6	-	-	-
HSBC	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VOTORANTIM	14,3	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAFRA	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOSSA CAIXA	28,6	28,6	-	14,3	-	-	14,3	-	-	-	-
CITIBANK	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS	28,6	-	-	-	-	14,3	-	-	-	-	-
BANRISUL	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNB	14,3	14,3	14,3	14,3	-	-	-	-	-	-	-
ALFA	14,3	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBM	14,3	-	-	14,3	-	-	-	-	-	-	-
DEUTSCHE	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BIC	71,4	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O item mais evidenciado pelos bancos é a estrutura de administração do risco, seguido pela divulgação do método para qual o banco se qualifica e pelo encargo de capital. No entanto, o encargo de capital é divulgado por 6 bancos (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e BIC), sendo que o primeiro banco a evidenciar foi o Banco do Brasil no primeiro semestre de 2006. No entanto, tal informação não aparece nos demonstrativos do segundo semestre do mesmo ano, voltando a ser divulgado a partir de 2007.

Tabela 5: RO - Itens mais evidenciados pelos bancos.

RISCO OPERACIONAL	
	Quantidade de evidenciação em semestres em que ocorreram divulgação

2) A estrutura de administração do risco é divulgada?	50
1) Há divulgação do método para qual o Banco se qualifica?	44
5) É evidenciado o encargo de capital de risco operacional como % do capital regulador mínimo?	14
3) São evidenciadas as exposições de risco?	11
4) Estas exposições são separadas em linhas de negócio?	9
6) São divulgadas as perdas operacionais em sua totalidade?	5
7) São divulgadas as perdas operacionais por linha de negócio?	1

As exposições ao risco foram divulgadas pelo Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Santander e BIC. Sendo que o Bradesco foi o primeiro banco a realizar a divulgação a partir do segundo semestre de 2006. Já a separação das exposições ao risco por linha de negócio nas divulgações aparece nas demonstrações do Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Santander e BIC. Novamente, o primeiro banco a realizar tal separação foi o Bradesco a partir do segundo semestre de 2006. O Santander realiza tal separação a partir do segundo semestre de 2007 e os outros bancos iniciaram no último período analisado.

As perdas operacionais em sua totalidade são evidenciadas pelo Banco do Brasil e Bradesco, sendo que o BB realizou a primeira divulgação no primeiro semestre de 2006 e o Bradesco no primeiro semestre de 2008, onde já ultrapassou o BB e separou estas perdas também por linha de negócio (item 7), sendo o único banco a evidenciar este item.

Desta forma o Bradesco se mostrou a IF mais avançada em termos de divulgação do risco operacional e aderência às recomendações de Basiléia com relação ao *disclosure*, seguido do Banco do Brasil em segundo lugar, CEF, Santander e BIC empatados em terceiro.

O Bradesco obteve 100% de aderência no segundo semestre de 2008 e por este motivo recebeu destaque no detalhamento de suas divulgações na pesquisa. O Bradesco separa a ocorrência de seus riscos operacionais em oito tipos de evento de perda, quais sejam fraude interna, fraude externa, recursos humanos, relações comerciais, eventos externos, tecnologia da informação, processos e regulatório. Para este banco, no período de janeiro de 2005 à março de 2008 do total das perdas incorridas o evento de recursos humanos aparece com 44,3%, seguido de 31,9% para fraudes externas e 14,3% para processos.

O Bradesco define como evento de perda de recursos humanos as práticas relacionadas à gestão, demandas trabalhistas, segurança e medicina do trabalho. Para fraudes externas enuncia como ações de caráter doloso praticadas por clientes ou terceiros e em se tratando de processos estabelece como deficiência no desenho dos produtos e serviços ou na execução de atividades operacionais e de controles. Esta estatística evidencia que 90,5% das perdas do Bradesco se encontram distribuídas em três dos oito tipos de eventos de perdas operacionais classificados, sendo que somente com RH o banco possui perdas de quase metade dos seus riscos operacionais.

Desde o primeiro período analisado o Bradesco evidencia o método para o qual se qualifica e divulga sua estrutura de administração de risco. A partir do segundo semestre de 2006 passou a evidenciar sua exposição ao risco, a dividi-la por linha de negócio e evidenciar o encargo de capital, passando a divulgar as perdas operacionais na totalidade e separá-las por linha de negócio, atingindo o grau máximo da evidenciação da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida de estudo deste trabalho foram as recomendações do Comitê de Basileia com relação aos riscos de mercado e operacional, mais precisamente ao terceiro pilar (transparência) no que diz respeito ao *disclosure* destes riscos. Desta forma, a aderência a estas recomendações foi analisada por meio das demonstrações contábeis e outras formas de divulgação de informações das instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro.

A pesquisa demonstrou um nível de evidenciação no período de Junho de 2008 embrionário na maioria dos bancos analisados, tanto para o risco de mercado quanto para o risco operacional. No entanto, evidenciou também uma evolução no período de Junho de 2003 para 2008, no sentido de que muitas das instituições que possuíam grau de aderência zero começam a evidenciar, mesmo que se possa considerar de forma insatisfatória, seus riscos.

Assim, se pode considerar que, há indícios de um início de aderência às recomendações de evidenciação dos riscos de mercado e operacional de acordo com Basileia pela maioria dos bancos, com atuação no país, sendo que as instituições líderes no *ranking* (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e CEF) se encontram com um nível superior aos seus concorrentes no último período analisado.

A evidenciação dos riscos de mercado e operacional traz maior confiança e transparência para o mercado uma vez que os usuários destas informações passam a conhecer melhor as instituições com as quais pretendem se relacionar. As pessoas e empresas acabam por diminuir a probabilidade de perdas inesperadas ou catastróficas, tendo em vista que já controlam e conhecem os prováveis riscos aos quais estão sujeitas.

A mitigação, controle, acompanhamento e evidenciação dos riscos não acarretam maior confiança somente aos investidores, governo, analistas, bem como e principalmente para a própria instituição financeira que diminui a probabilidade de perdas e sujeições a catástrofes da ordem financeira que possam levá-las à falência. Assim, adotando as recomendações de evidenciação dos riscos as Instituições Financeiras estimulam a disciplina de mercado e acarretam em maior confiança e credibilidade para o mercado financeiro e para a sua própria instituição, trazendo benefícios para todo e qualquer usuário deste mercado.

REFERÊNCIAS

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework. Disponível em <www.bis.org.br>. Acesso em: 15/06/2008

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). Documento de Apoio ao Novo Acordo de Capital da Basileia. Pilar 3 (Disciplina de Mercado). Traduzido por Ernst & Young do Brasil em colaboração com a Febraban. 20/06/2001.

BRASIL. Circular CMN (Conselho Monetário Nacional) N.º 3.354, de 27 de Junho de 2007. Estabelece critérios mínimos para classificação de operações na carteira de negociação, conforme Resolução N.º 3.464, de 26 de Junho de 2007. Disponível em : <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01/07/2008.

BRASIL. Comunicado do Banco Central do Brasil nº 12.746. Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basileia II. Disponível em: <www.bcb.gov.br >. Acesso em 27/08/2008.

BRASIL. **Comunicado do Banco Central do Brasil nº 16.137.** Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basiléia II. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 27/08/2008.

BRASIL. **Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.380.** Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do Risco Operacional. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 27/08/2008.

BRASIL. **Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.464.** Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 27/08/2008.

BRITO E SILVA, S. M. Evidenciação Contábil de Instituições Bancárias no Brasil. **UnB Contábil**, vol. 1 – Brasília, 1998

CARVALHO, D. B. ; SANTOS, G. M. dos. **Os Acordos de Basiléia:** Um roteiro para implementação nas instituições financeiras. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em 02 Jul. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 836/99** NBC T 11 – IT – 03 – Fraude e Erro. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em 29/08/2008.

FOLHA ONLINE. **Entenda a quebra do banco Lehman Brothers**, São Paulo. 15 set. 2008. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 25/09/2008

FORTUNA, E.. **Mercado Financeiro: produtos e serviços.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIECAFI). **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. 6ª ed. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.

GOULART, A.. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil.** Dissertação de Mestrado. FEA-USP, São Paulo, 1999.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M. F.. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Normas internacionais de contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretação SIC existentes em 1º de Janeiro de 2001.** São Paulo: IBRACON, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JORION, P.. **Value at Risk: A Nova Fonte de Referência para o Controle do Risco de Mercado.** Bolsa de Mercadorias & Futuros. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, A. B.. **A informação contábil e o mercado de capitais.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA NETO, L. de A.. **Derivativos: definições, emprego e risco.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.